

Políticas de privacidade

Responsável pelo tratamento

Para todos os efeitos, as seguintes empresas serão responsáveis pelos dados: Internaut S.A.S, identificada com o Nit. 901.463.593 - 0, localizada na Calle 18 No. 31-28 em Bucaramanga, Colômbia.

1. Objetivo

O RESPONSÁVEL é uma empresa dedicada a atividades de tecnologia da informação e serviços de informática e atividades de desenvolvimento de sistemas informáticos como responsável pelo tratamento, e reconhece a importância da segurança, privacidade e confidencialidade dos dados pessoais de seus funcionários, clientes, fornecedores e, em geral, de todos os seus agentes de interesse em relação aos quais exerce o tratamento de informações pessoais. Para esse fim, criou esta política para o tratamento de dados pessoais (a seguir, a "Política de Tratamento de Dados"), que regulará as informações e dados que forem coletados, armazenados e/ou gerenciados pelo RESPONSÁVEL.

2. Definições

Os conceitos apresentados a seguir são resultado do exposto na Lei 1581 de 2012 e no artigo 15 da Constituição Política da Colômbia. No caso de a lei ser modificada ou substituída nesses aspectos, o seu significado será aquele indicado nas normas legais vigentes:

Autorização: Consentimento prévio, expresso e informado do Titular para realizar o Tratamento de dados pessoais.

- **Base de Dados:** Conjunto organizado de dados pessoais que seja objeto de Tratamento.
- **Dados pessoais:** Qualquer informação vinculada ou que possa ser associada a uma ou várias pessoas naturais determinadas ou determináveis.
- **Encarregado do Tratamento:** Pessoa natural ou jurídica, pública ou privada, que, por si mesma ou em conjunto com outras, realiza o Tratamento de dados pessoais em nome do Responsável pelo Tratamento.
- **Responsável pelo Tratamento:** Pessoa natural ou jurídica, pública ou privada, que, por si mesma ou em conjunto com outras, decide sobre a base de dados e/ou o Tratamento dos dados. Neste caso, a empresa INTERNAT S.A.S
- **Titular:** Pessoa natural cujos dados pessoais sejam objeto de Tratamento.

- **Tratamento:** Qualquer operação ou conjunto de operações sobre dados pessoais, tais como coleta, armazenamento, uso, circulação ou exclusão.
- **Área encarregada de Proteção de Dados Pessoais/Oficial de Privacidade:** Responsável dentro da Companhia encarregado de monitorar, controlar e promover a aplicação da Política de Proteção de Dados Pessoais.
- **INTERNAT S.A.S:** Empresa legalmente constituída na Colômbia que cria produtos informáticos.
- **Joinnexus:** Plataforma de interação para equipes remotas desenvolvida pela empresa INTERNAT S.A.S.

3. Quadro legal aplicável ao tratamento

En virtude da presente Política de Tratamento, serão aplicadas as seguintes normas de referência e procedimentos / diretrizes emitidas pelo RESPONSÁVEL para o tratamento de dados pessoais. Lei estatutária 1581 de 2012 e decreto regulamentar 1377 de 2013 incorporado no decreto 1074 de 2015, Título V da Circular única da Superintendência de Indústria e Comércio, e outras normas concordantes e complementares.

- Constituição Política da Colômbia.
- Lei 1581 de 2012.
- Decreto 1377 de 2013, incorporado no Decreto Único 1074 de 2015.
- Decretos Regulamentares.
- Circular 002 de 2015 da Superintendência de Indústria e Comércio.
- Jurisprudência aplicável.
- Título V da Circular única da Superintendência de Indústria e Comércio.
- Outras normas jurídicas que venham a ser criadas no futuro e sejam aplicáveis.

4. Princípios aos quais o tratamento está sujeito

O processamento de dados pessoais que seja realizado em virtude da presente Política de Tratamento deve ser regido estritamente pelos seguintes princípios:

- **Legalidade:** O Tratamento deve se sujeitar ao estabelecido na Lei Estatutária 1581 de 2012.
- **Finalidade:** A finalidade do Tratamento deve ser legítima, temporária e informada ao titular.
- **Liberdade:** Os dados podem ser tratados somente com o consentimento prévio, expresso, informado e autodeterminado pelo titular ou por mandato legal ou judicial.
- **Veracidade ou qualidade:** A informação deve ser verdadeira, completa, exata, atualizada, comprovável e compreensível.

- **Transparência:** Deve garantir-se o direito do titular de solicitar informações ao responsável sobre seus dados a qualquer momento e sem restrições.
- **Acesso e circulação restrita:** O Tratamento somente pode ser realizado por pessoas autorizadas pelo Titular ou pelas pessoas previstas na Lei.
- **Segurança:** A informação deve ser tratada com as medidas necessárias para fornecer segurança aos registros e evitar sua adulteração, perda, consulta, uso ou acesso não autorizado ou fraudulento.
- **Confidencialidade:** Os dados pessoais que não tenham a natureza de públicos são reservados e somente podem ser fornecidos nos termos da Lei. Toda pessoa que intervenha no processamento da informação deve garantir seu caráter reservado.

5. Finalidade do tratamento

Na qualidade de responsável pelo tratamento dos dados coletados, O RESPONSÁVEL conta com diversos bancos de dados, em relação aos quais declara que os mesmos serão processados com base em uma ou mais das seguintes finalidades:

A. Gestão Administrativa e Contábil.

- a. Gerenciar os dados coletados para administrar estados de conta para cada um desses fornecedores ou clientes.
- b. Administração e formalização de acordos e contratos comerciais com fornecedores e prestadores de serviços da Companhia e suporte para auditorias externas e internas.
- c. Relatar anualmente à Direção de Impostos e Alfândegas Nacionais (DIAN), cumprindo as obrigações legais da Companhia.
- d. Registro e suporte de informações financeiras e contábeis no software da Companhia, a fim de acompanhar as transações realizadas.
- e. Administração dos Contratos de terceiros que prestam serviços à Companhia, como: arrendatários, vigilância, jurídica, entre outros.
- f. Gerenciar os processos de faturamento e gerenciar o processo de cobrança associado ao vencimento dos prazos de pagamento concedidos na faturação da Companhia, a fim de suportar os pagamentos dentro da contabilidade interna e servir como suporte para auditorias externas e internas.

B. Gestão comercial, fornecedores e contratantes.

- a. Gerenciar a vinculação de clientes e fornecedores para facilitar o manejo interno dos processos contábeis, administrativos e financeiros da Companhia.
- b. Manter a relação comercial e futuras negociações com fornecedores e contratantes das diferentes áreas da Companhia.
- c. Publicidade de promoções comerciais.

- d. Publicidade e prospecção comercial por meio do envio de e-mails ou mensagens por meio de aplicativos aos clientes de informações sobre promoções e acompanhamento do plano de estudos.

C. Recursos Humanos e Saúde Ocupacional.

- a. Promover os procedimentos de verificação e avaliação dos candidatos nos processos de seleção, a fim de ocupar as vagas oferecidas pela Companhia.
- b. Realizar e verificar os resultados dos estudos integrais de segurança aos candidatos da Companhia, como requisito prévio à contratação trabalhista.
- c. Controle e acompanhamento da formalização da vinculação trabalhista dos trabalhadores da Companhia.
- d. Controle e acompanhamento do pessoal ativo e inativo da Companhia para fins estatísticos.
- e. Controle e acompanhamento dos trabalhadores temporários durante a execução de seu contrato de trabalho com a Companhia.
- f. Verificar o pagamento de salário dos trabalhadores da Companhia a fim de relatar as novidades trabalhistas com incidência na liquidação, cobrança e pagamento de salários.
- g. Gerenciar o sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho, a fim de mitigar riscos, bem como o adequado atendimento a incidentes ou eventos no desenvolvimento das diferentes atividades laborais.
- h. Promover o desenvolvimento de atividades de bem-estar, planos de ação, provisão e desenvolvimento integral do trabalhador em seu ambiente de trabalho.
- i. Controlar e monitorizar o relatório dos riscos ocorridos na Empresa a fim de detectar áreas inseguras e elaborar planos de ação para mitigar o risco.
- j. Controlar e monitorizar a ausência dos trabalhadores da Empresa para fins estatísticos.
- k. Administrar o sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho para monitorizar os exames médicos de entrada e saída do trabalhador.

D. Tecnologia e segurança.

- a. Promovo os controles dos sistemas informáticos e tecnológicos da Empresa para gerenciar a administração de chaves, usuários, licenças de software e suporte tecnológico.
- b. Garanto a segurança das informações pessoais e financeiras das organizações, seus funcionários, fornecedores e colaboradores, e, ao mesmo tempo, tenho informações amplas e suficientes para fornecer o melhor serviço.

6. Tratamento de dados pessoais de natureza sensível

De acordo com a lei 1581 de 2012, dados pessoais sensíveis são "aqueles que afetam a privacidade do Titular ou cujo uso indevido possa gerar discriminação, tais como aqueles que revelem a origem racial ou étnica, a orientação política, as convicções religiosas ou filosóficas, a filiação a sindicatos, organizações sociais de direitos humanos ou que promovam interesses de qualquer partido político ou que garantam os direitos e garantias de partidos políticos de oposição, bem como dados relativos à saúde, à vida sexual e dados biométricos". Entre eles, também estão incluídos os dados de menores de idade.

Embora o RESPONSÁVEL, em condições normais de operação da plataforma, não solicite dados sensíveis, no caso de isso ocorrer, o RESPONSÁVEL observará estritamente as limitações e obrigações legais a respeito. Portanto, no caso de realizar o Tratamento de Dados Sensíveis, o RESPONSÁVEL garantirá:

6.1. Obter consentimento expresso do Titular.

6.2. Informar o Titular de que, por se tratar de Dados Sensíveis, não é obrigado a autorizar o seu Tratamento.

6.3. Informar de forma explícita e prévia o Titular quais dos dados que serão objeto de Tratamento são sensíveis e qual é a finalidade do Tratamento.

Tratamento de dados de menores de idade

A plataforma destina-se a usuários maiores de 18 anos. Pessoas menores de 18 anos não podem usar ou se registrar na plataforma. Embora o RESPONSÁVEL não possa controlar completamente se menores de idade obtêm acesso não autorizado aos Serviços, o acesso pode ser cancelado sem aviso prévio se a empresa considerar que um menor de idade está usando os serviços.

7. Direitos do titular da informação

- Conhecer, atualizar e retificar seus dados pessoais que estão sendo tratados pelo RESPONSÁVEL ou pelos responsáveis pelo tratamento.
- Solicitar prova da autorização concedida ao RESPONSÁVEL, exceto quando expressamente dispensada como requisito para o tratamento.
- Ser informado pelo RESPONSÁVEL, mediante solicitação prévia, sobre o uso que foi dado a seus dados pessoais.

- Revogar a autorização e/ou solicitar a exclusão dos dados quando os princípios, direitos e garantias constitucionais e legais não forem respeitados no tratamento.
- Apresentar queixas à Superintendência da Indústria e Comércio por violações à Lei 1581 de 2012.
- Conhecer nossa Política de Tratamento de Dados Pessoais e as mudanças substanciais que ocorram nela.
- Acessar e conhecer gratuitamente os dados pessoais que são objeto de tratamento, de acordo com o disposto por lei, no tratamento de dados pessoais.
- Outros concedidos pelas normas jurídicas vigentes.

8. Deveres da empresa como responsável pelo tratamento de dados

- A. Garantir ao Titular, a todo tempo, o pleno e efetivo exercício do direito de habeas data;
- B. Solicitar e manter, nas condições previstas na presente lei, cópia da respectiva autorização concedida pelo Titular;
- C. Informar adequadamente o Titular sobre a finalidade da coleta e os direitos que lhe assistem em virtude da autorização concedida;
- D. Manter as informações sob as condições de segurança necessárias para impedir sua adulteração, perda, consulta, uso ou acesso não autorizado ou fraudulento;
- E. Garantir que as informações fornecidas ao Encarregado do Tratamento sejam verdadeiras, completas, precisas, atualizadas, comprováveis e compreensíveis;
- F. Atualizar as informações, comunicando de forma oportuna ao Encarregado do Tratamento todas as novidades relativas aos dados que já foram fornecidos e adotar outras medidas necessárias para manter as informações fornecidas atualizadas;
- G. Retificar as informações quando incorretas e comunicar o pertinente ao Encarregado do Tratamento;
- H. Fornecer ao Encarregado do Tratamento, conforme o caso, apenas os dados cujo tratamento tenha sido previamente autorizado de acordo com o estabelecido na presente lei;
- I. Exigir do Encarregado do Tratamento, a todo momento, o respeito às condições de segurança e privacidade das informações do Titular;
- J. Tramitar consultas e reclamações formuladas nos termos estabelecidos na presente lei;

- K. Adotar um manual interno de políticas e procedimentos para garantir o cumprimento adequado da presente lei e, em particular, para a atenção a consultas e reclamações;
- L. Informar ao Encarregado do Tratamento quando determinada informação estiver em discussão por parte do Titular, uma vez que a reclamação tenha sido apresentada e o respectivo trâmite não tenha sido finalizado;
- M. Informar, a pedido do Titular, sobre o uso dado a seus dados;
- N. Informar à autoridade de proteção de dados quando houver violações dos códigos de segurança e houver riscos na administração das informações dos Titulares;
- O. Cumprir as instruções e exigências impostas pela Superintendência de Indústria e Comércio.

9. Transmissão e transferência internacional de dados

Quando os dados forem enviados ou transferidos para outro país, será necessário obter a autorização do titular das informações que estão sendo transferidas. Nesse sentido, antes de enviar dados pessoais para outro país, os responsáveis por cumprir esta política devem verificar se possuem a autorização prévia, expressa e inequívoca do titular que permita a transmissão de seus dados pessoais. Não obstante, O RESPONSÁVEL poderá transferir os dados pessoais internacionalmente com autorização dos Titulares, quando estes forem transmitidos a Encarregados Internacionais. Essa transferência dos dados pessoais será realizada apenas para terceiros com os quais O RESPONSÁVEL tenha vínculo contratual, comercial e/ou jurídico, com o objetivo de avançar com algumas das funções relacionadas à coleta de pagamentos, salvaguarda de informações ou terceirização de nossos sistemas de serviço ao cliente.

10. Segurança dos dados

Nossa plataforma possui todas as licenças necessárias em todos os aspectos do desenvolvimento de software, infraestrutura e ferramentas de terceiros. Contamos com os níveis de licenciamento necessários e que se adaptam às necessidades em cada situação, com suporte sobre os mesmos por parte dos fabricantes e especialistas.

Isso também se aplica ao acesso aos dados de nossos clientes, fornecedores e colaboradores. Uma vez que esses acessos estão protegidos por conceitos de auditoria e são concedidos apenas por meio de ferramentas de acesso controlado, como VPNs ou ferramentas proprietárias que controlam e auditam o acesso.

Da mesma forma, o acesso à informação por parte de nossos colaboradores é protegido por filtros e níveis de segurança que garantem a restrição da mesma com base em papéis e responsabilidades. E é mantido um registro minucioso de qualquer consulta ou modificação da mesma, com dados de auditoria que respondem a quem, quando e o que foi realizado.

11. Autorização do tratamento

O consentimento e a autorização por parte do titular da informação são requisitos constitucionais e legais que devem ser cumpridos pelas pessoas responsáveis pelo tratamento de dados pessoais. O consentimento deve cumprir os seguintes requisitos:

Prévio: A autorização deve ser dada pelo titular da informação de forma prévia a qualquer tipo de tratamento de dados pessoais.

Expresso: A autorização deve ser concedida de forma inequívoca, clara e específica.

Informado: O titular deve compreender claramente para que serão tratados seus dados pessoais e as finalidades que podem derivar do tratamento dos mesmos.

Todos os usuários da plataforma Joinnexus devem se registrar e autorizar o tratamento dos dados pessoais para poder utilizar os serviços oferecidos. Portanto, na plataforma, ao se registrar pela primeira vez, há uma caixa que diz "Política de privacidade e Tratamento de Dados Pessoais", a qual deve ser lida e aceita para poder continuar usando os serviços da INTERNAUT S.A.S.

12. Procedimento para a apresentação de reclamações, consultas e queixas.

O RESPONSÁVEL disporá dos seguintes procedimentos para atender perguntas, queixas, consultas, reclamações e sugestões apresentadas pelos Titulares da Informação, de acordo com o estabelecido na Lei 1521 de 2012:

Consultas

O titular da informação ou seus sucessores fará as consultas por meio de comunicação escrita ou por meio de correio eletrônico, no qual:

1. Determine sua identidade, incluindo seu nome e número de identificação.
2. Especifique de maneira clara e expressa o motivo da consulta.

3. Acredite o interesse legítimo com o qual age, anexando em todo caso os devidos suportes.
4. Indique o endereço físico ou eletrônico de correspondência para o qual possa ser remitada a resposta da solicitação.
5. Se a solicitação estiver incompleta, o interessado será solicitado a corrigir as falhas no prazo de cinco (5) dias após o recebimento da reclamação. Decorridos dois (2) meses desde a data do requerimento, sem que o solicitante apresente a informação requerida, entender-se-á que desistiu da solicitação.

De acordo com o artigo catorze (14) da Lei 1581 de 2012, estabelece-se que: "A consulta será atendida no prazo máximo de dez (10) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da mesma. Quando não for possível atendê-la dentro desse prazo, o interessado será informado, expressando os motivos do atraso e indicando a data em que a consulta será resolvida, a qual em nenhum caso poderá exceder cinco (5) dias úteis após o vencimento do primeiro prazo".

Reclamações

O titular, seus sucessores ou qualquer outra pessoa com um interesse legítimo que considere que a informação contida em uma base de dados deve ser objeto de correção, atualização, exclusão, ou revogação da autorização concedida para o tratamento, ou quando detectar a suposta falta de cumprimento de qualquer dos deveres contidos na Lei 1581 de 2012, poderá, por meio físico ou eletrônico, apresentar reclamação oportuna à área responsável. De acordo com o artigo quinze (15) da Lei 1581 de 2012, essa reclamação será procedente uma vez que se verifique o cumprimento dos requisitos que se apresentam a seguir:

1. O pedido deve: i) incluir a identidade de quem reclama, fornecendo seu nome e número de identificação; ii) especificar clara e expressamente o motivo da consulta; iii) comprovar o interesse legítimo do reclamante, anexando os devidos suportes e, iv) indicar o endereço físico ou eletrônico para correspondência onde a resposta da solicitação deve ser enviada. Se o pedido estiver incompleto, "será solicitado ao interessado que corrija as falhas no prazo de cinco (5) dias após o recebimento. Se dois (2) meses se passarem desde a data do pedido sem que o solicitante apresente as informações necessárias, será entendido que ele desistiu do pedido".
2. Se o RESPONSÁVEL não for competente para resolver a reclamação, ele encaminhará a quem corresponda em um prazo máximo de dois (2) dias úteis e informará o interessado da situação.
3. "Uma vez recebido o pedido completo, uma legenda 'pedido em andamento' e o motivo do mesmo serão incluídos no banco de dados em um prazo não superior a dois (2) dias úteis. Essa legenda deve ser mantida até que o pedido seja decidido".

"O prazo máximo para atender ao pedido é de quinze (15) dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao recebimento. Se não for possível atendê-lo dentro desse prazo, o interessado será informado dos motivos do atraso e da data em que o seu pedido será resolvido, o que não pode, em nenhum caso, ultrapassar oito (8) dias úteis após o vencimento do primeiro prazo".

O pedido de exclusão de informações e a revogação da autorização não serão aceitos quando o Titular tiver uma obrigação legal ou contratual de permanecer no banco de dados com o RESPONSÁVEL. O Titular só pode apresentar uma queixa à Superintendência de Indústria e Comércio após ter esgotado o processo de consulta ou reclamação perante a Internaut S.A.S, de acordo com o procedimento mencionado anteriormente.

13. Atendimento de consultas e reclamações

O RESPONSÁVEL dispõe de uma área responsável por atender e resolver as consultas e reclamações dos titulares de dados pessoais ou pessoas legitimadas para tal. Os titulares podem apresentar suas consultas e reclamações nos seguintes canais:

- E-mail: hello@joinnexus.io
- Linha WhatsApp: +57 312 5256655

14. Links de terceiros

O RESPONSÁVEL, em seu site ou por meio das redes sociais, pode disponibilizar links para endereços de terceiros. Nesse caso, INTERNAUT S.A.S não é responsável pelas práticas de privacidade dessas outras páginas da internet ou de quem as gerencia, e o RESPONSÁVEL se exime expressamente de qualquer responsabilidade pelas ações desses terceiros. Se um cliente, usuário ou comércio estiver fornecendo ao RESPONSÁVEL as informações de um terceiro por qualquer meio, o usuário afirma ter todas as autorizações do titular dessas informações, incluindo as finalidades para as quais são compartilhadas, e, nesse sentido, o RESPONSÁVEL não assumirá qualquer responsabilidade pelo uso que o cliente der aos dados de acordo com as finalidades indicadas nesta política.

15. Atendimento de consultas e reclamações

O RESPONSÁVEL dispõe de uma área responsável por atender e resolver as consultas e reclamações dos titulares de dados pessoais ou pessoas legitimadas para tal. Os titulares podem apresentar suas consultas e reclamações nos seguintes canais:

- E-mail: hello@joinnexus.io
- Linha WhatsApp: +57 312 5256655

16. Modificações na política

O RESPONSÁVEL reserva-se o direito de modificar a política de privacidade das informações pessoais a qualquer momento. Para tal, publicará um aviso na página da internet ou no mecanismo habilitado pelo RESPONSÁVEL com 10 dias úteis de antecedência à sua implementação e durante a vigência da política. Se não concordar com as novas políticas de tratamento de informações pessoais, os titulares das informações ou seus representantes podem solicitar a exclusão de suas informações por meio do canal indicado acima. No entanto, os dados não podem ser excluídos enquanto houver qualquer tipo de vínculo com o RESPONSÁVEL.

17. Vigência das bases de dados

Os dados pessoais armazenados, usados ou transmitidos permanecerão nas bases de dados do RESPONSÁVEL pelo tempo necessário para cumprir as finalidades expostas nesta política ou para que a Empresa possa cumprir com suas obrigações legais.

No entanto, as informações serão revisadas a cada ano para verificar a veracidade dos dados e a finalidade de continuar seu tratamento.

Se necessário, o RESPONSÁVEL reserva-se o direito de modificar esta Política unilateralmente.